



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 158 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1998 - R\$ 1,00

A crise capitalista se aprofunda pelo mundo. Tem afetado e vai afetar ainda mais o Brasil. Os capitalistas lançarão uma brutal ofensiva contra as massas. É preciso resistir. Nada de confiar na via eleitoral ou parlamentar! Nada de acreditar nos charlatões caçadores de votos! Os trabalhadores devem confiar é nas suas próprias forças! Organizemos um movimento nacional de defesa das condições de vida e trabalho! Organizemos o combate ao plano antinacional e antipopular! Ponhamos em pé a frente única antiimperialista!

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo fecha acordo com patrões para reduzir jornada e salários dos operários.

Obedecendo a cartilha do governo em seu pacote contra o desemprego lançado no mês passado, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo está fechando acordos com os patrões em nome dos trabalhadores para reduzir a jornada de trabalho e os salários dos metalúrgicos. A desculpa é de que a atividade econômica tem diminuído e que é preciso preservar o nível de emprego. O discurso do pelegão cara de pau para convencer os operários a aceitarem a redução dos salários é o de sempre: é melhor aceitar uma redução salarial de 30% e garantir o emprego por três meses, do que estar desempregado. Em outras palavras: tenta convencer os trabalhadores de que têm que pagar pela crise dos capitalistas. A resposta deve ser clara: Nada de reduzir salários. Contra o desemprego, escala móvel de salários, o que significa reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir os salários, dividindo entre os trabalhadores as horas de trabalho existentes, de forma que ninguém fique desempregado.

Operários da Ford decidem pela greve contra os aumentos nos planos de saúde

Em assembléia rea-

lizada em 2/09, os operários da Ford de São Bernardo do Campo votaram uma greve estratégica surpresa em alguns setores da montadora para protestar contra o aumento de 27% no plano médico para os agregados. O aumento do plano de saúde, a restrição cada vez maior para atendimento, etc. nada mais é do que uma forma que os patrões encontram para arrancar dos operários uma parte de seus salários. Os operários sabem que é preciso lutar contra os ataques dos capitalistas às suas condições de vida, porém é preciso entender que movimentos isolados e setorizados não resolvem, é preciso estendê-lo para outras fábricas. Para isso, é necessário que os trabalhadores rejeitem a divisão imposta pela burocracia sindical. A força dos operários está na união e a vitória depende da elevação de sua consciência de classe de que é preciso alcançar seu objetivo estratégico de destruição do sistema capitalista.

Motoristas protestam na Viação Penha-São Miguel

Motoristas e cobradores da Viação São Miguel cruzaram os braços no dia 1º em protesto contra as demissões por justa causa e horas extras fora do holerite. A empresa tem perseguido os trabalhadores que se colocam por lutar e organizar a categoria, e tem como prática não colocar nas folhas de pagamento dos trabalhadores as horas extras com o objetivo de livrar-se de encargos sociais.

Greve dos Portuários e protesto de fiscais para a produção nas montadoras

A greve dos operários portuários e o protesto dos Auditores fiscais e técnicos da Receita Federal no porto de Santos está afetando diretamente a produção das montadoras no país, como a VW, GM, Ford, etc., que estão sendo obrigadas a dar férias coletivas aos operários. Os patrões reclamam



Manifestação no mês passado contra desemprego.

dos prejuízos, que já somam vários milhões de dólares. A vitória da greve dos portuários, assim como a dos fiscais é de fundamental importância, na medida em que se choca com a política do governo de arrocho salarial e abre caminho para que os demais trabalhadores sigam o mesmo e se levantem numa luta nacional que se coloque pela derrubada integral do Plano antinacional e antipopular de FHC.

Borracheiros em greve ocupam fábrica

Os trabalhadores da Paranoá, fabricante de mangueiras e autopeças de borracha, em Diadema, fizeram greve de três dias e ocuparam a fábrica para exigir o pagamento de abono de participação nos lucros e resultados (PLR) e exigir a manutenção de benefícios como a cesta básica, convênio médico, restaurante etc. que estavam sendo ameaçados. A greve obrigou o patrão a rever sua posição. Se é através da greve, parando a produção, que os trabalhadores conseguem arrancar dos patrões suas reivindicações, a radicalização da greve com ocupação de fábrica coloca em cheque a própria condição de dono dos meios de produção. A greve com ocupação de fábrica, mesmo que circunstancial e isolada, faz tremer os capitalistas, pois ela mostra o caminho para a expropriação geral dos meios de produção das mãos dos capitalistas pela classe operária. Durante a ocupação da fábrica, instala-se o poder dos operários em detrimento dos capitalistas.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

NACIONAL



A crise capitalista se aprofunda pelo mundo. Tem afetado e vai afetar ainda mais o Brasil. Os capitalistas lançarão uma brutal ofensiva contra as massas. É preciso resistir. Nada de confiar na via eleitoral ou parlamentar! Nada de acreditar nos charlatões caçadores de votos! Os trabalhadores devem confiar é nas suas próprias forças! Organizemos um movimento nacional de defesa das condições de vida e trabalho! Organizemos o combate ao plano antinacional e antipopular!

Nacional

As bolsas de valores do mundo todo têm sofrido quedas sucessivas. Já é impossível afirmar que a crise do capitalismo é localizada no Leste Asiático, no Japão ou na Rússia. Espalha-se por todo o planeta, e já ameaça a economia norte-americana. É a crise de superprodução, que mostra que o sistema desenvolveu uma gigantesca capacidade produtiva mas que não se traduz em aumento da produção, pelo estrangulamento do mercado mundial. É o esgotamento das medidas protecionistas ao capital financeiro, valorizado artificialmente com total descompromisso com a produção, e tendo agora de ajustar contas com a realidade. É a falta de fôlego das medidas neoliberais, pretensiosamente apelidadas de "globalização", na verdade mecanismos para criar condições artificiais de sustento do parasitismo financeiro e abertura das economias dos países mais fracos. É o processo de destruição das forças produtivas e de centralização de capitais e mercados. É o prenúncio de uma ofensiva brutal capitalista para elevar a nível insuportável a superexploração do trabalho.

A crise desaba sobre o Brasil

Em agosto, mais de 12 bilhões de dólares deixaram o país. A desvalorização das ações nas bolsas de valores neste ano aproxima-se dos 40%. Os títulos da dívida externa do país perderam um terço de seu valor. Nos primeiros dias de setembro, já se evaporaram mais 5 bilhões. Os parasitas capitalistas, que têm lucrado bilhões e bilhões com as altas taxas de juros pagas pelo governo com o sangue dos trabalhadores brasileiros para sustentar artificialmente o valor do Real, rapidamente procuram abrigo para seu dinheiro, diante das sucessivas perdas na especulação. O governo chegou a decretar a

isenção de impostos a esses sanguessugas, mas nem isso os convenceu a manter os bilhões por aqui.

A margem de manobra do governo para enfrentar a crise vai se estreitando. Os ministros já mostram divergência sobre o que fazer com o câmbio. A imprensa tem noticiado que se prepara um pacote econômico para tentar evitar a quebra do plano Real. O último pacote, de outubro/novembro de 1997, aumentou impostos, elevou as taxas de juros e impôs um aperto de cinto na economia do país, levando à estagnação. As previsões são de recessão, de retrocesso, na produção para o próximo ano. Um pacote nessas condições precipitará a recessão no país. Para preservar os lucros capitalistas, o governo imporá o fechamento de fábricas e de postos de trabalho, o aumento de impostos e juros, os cortes de gastos públicos em benefício dos parasitas especuladores, a aceleração das privatizações que restam, e tudo isso agravará a miséria e o desemprego e multiplicará a dependência e opressão sobre a nação.

Os capitalistas pretendem impor o fim da regulamentação trabalhista

O anunciado pacote de desemprego do governo é mais um passo para acabar de vez com qualquer direito trabalhista. Diante do agravamento da crise internacional, os capitalistas não têm outro caminho que não seja o de elevar a superexploração do trabalho. Para sustentar o monstruoso parasitismo financeiro, é preciso arrancar mais valor dos únicos capazes de produzi-lo: o proletariado. Por isso, pretendem impor a demissão temporária, a meia jornada, o banco de horas (fim das horas-extras), reduzir até acabar com o FGTS e outros direitos (13º, férias, aviso prévio). Está dada a largada, em

nível internacional, da corrida capitalista para impor o fim da regulamentação das relações trabalhistas. Nos Estados Unidos, as greves da GM e da Bell Atlantic se levantaram contra as medidas de "flexibilização" do trabalho. Na Hyundai coreana, o mesmo aconteceu. Em muitas outras fábricas, os operários também têm de enfrentar as tentativas de aumento da exploração do trabalho, usando o seu método mais característico e próprio, a greve.

Enquanto isso, uma parte das direções está negociando com os capitalistas justamente o corte de direitos trabalhistas, sob o pretexto de defender o emprego. Esses cínicos mentirosos estão ajudando os exploradores a elevar a exploração e multiplicar a miséria e desemprego. São colaboradores da aplicação da barbárie capitalista contra as massas.

A defesa do salário, do emprego e dos direitos trabalhistas só pode ser feita a partir da luta direta pelas reivindicações próprias dos trabalhadores. Nada de rebaixar as reivindicações ao nível do que pretendem impor os capitalistas para preservarem seus lucros. Unir empregados e de-



sempregados na luta contra os capitalistas e seu governo, para dividir o trabalho disponível entre todos, sem redução de salários e direitos trabalhistas.

Defender as estatais e impor a reestatização da já privatizadas

O governo entregou recentemente a Telebrás aos grupos estrangeiros. Os 22 bilhões arrecadados já foram quase totalmente queimados com o sustento do parasitismo financeiro. E as telecomunicações do país passaram diretamente ao controle imperialista, aumentando a dependência externa duplamente.

As privatizações são um mecanismo de duplo favorecimento ao capital financeiro internacional, que as abocanha a preços ínfimos, e paga com um dinheiro que lhe volta às mãos pelo parasitismo financeiro.

A burguesia nacional mostra-se submissa e prostrada diante do imperialismo. A defesa das estatais não pode se dar pela via institucional, manejada por essa mesma burguesia vendida e manipulada pelo imperialismo. É com greves, ocupações e manifestações de rua, pelo estatismo com controle operário, é que podemos enfrentar as privatizações.

A oposição reformista (PT e aliados) renegou a defesa das estatais já privatizadas, prometendo à burguesia que não tocará nas siderúrgicas, mineradoras etc. Nada disso! Organizemos a luta nacional de massa pela reestatização das empresas já privatizadas, sob controle operário.

A destruição dos serviços públicos tem se concentrado na educação

Nos últimos meses, o governo federal e os governos estaduais têm realizado uma brutal

ofensiva contra a educação pública, pondo em prática os acordos impostos pelos organismos internacionais. A imposição e ampliação do provão e outros métodos de avaliação, a aprovação da política de gratificações (congelamento salarial e premiação fisiológica), as reformas curriculares que impõem a adaptação dos cursos à falta de professores, funcionários e verbas, o aumento do autoritarismo da burocracia universitária, a demissão de dezenas de milhares de professores nos estados, o fechamento de escolas e ampliação da jornada, as "parcerias" que vão privatizando o ensino e a pesquisa, tudo isso estrangula o ensino público e favorece amplamente o privado.

Essas medidas encontram resposta nas mobilizações de professores, alunos e funcionários por todo o país. Mas esses movimentos encontram-se divididos, separados pelas direções, que têm se negado a unificar essas lutas. Se não se lançar uma campanha nacional de defesa do ensino público, baseada no método da ação direta, o governo prosseguirá destruindo em benefício do parasitismo e dos tubarões do ensino.

Os sem-terra sob a mira da repressão

As várias prisões de lideranças de sem-terra, a ação do exército no nordeste para evitar os saques, a livre organização dos bandos de jagunços pelos fazendeiros para conter as ocupações indica os caminhos por onde passará a luta pela terra.

Os sem-terra retomaram a ofensiva das ocupações de terra. É preciso apoiar decididamente sua ação e defender suas lideranças. Trabalhar pela aliança operário-camponesa, formar comitês de apoio e defesa das lideranças perseguidas, apoiar a autodefesa, essas são as tarefas colocadas.

Nada de frente eleitoreira, pela frente única antiimperialista

A ofensiva generalizada dos capitalistas contra as massas requer uma resposta geral e unitária. Cada luta de cada setor do movimento se choca contra o plano antinacional e antipopular de FHC, ditado pelo imperialismo. É preciso construir a unidade nacional para combater pelas reivindicações, que conduzem a um ponto comum. Para isso, é preciso constituir uma frente única de luta, que por suas características, pelas suas reivindicações, tem um conteúdo antiimperialista. Como vimos, a burguesia nacional é incapaz de travar essa luta, pelas suas ligações com o imperialismo. Assim, o combate antiimperialista, liderado pelo proletariado, leva à luta anticapitalista, revolucionária.

Os partidos e correntes de esquerda

estão na sua maioria afogados nas campanhas eleitorais. Afirmam que pelas eleições é possível enfrentar FHC e seu plano. Por isso, colocam as organizações de massa a trabalhar pela caça ao voto, deixando de lado a defesa das reivindicações pela ação direta, pela mobilização. De um lado, iludem as massas com a farsa da disputa eleitoral. De outro, desarmam suas organizações de combate.

Essa política eleitoreira só pode levar à derrota. Abrirá caminho para a ofensiva capitalista sobre as massas. Por isso a rechaçamos. E alertamos os trabalhadores, estudantes e camponeses para o que está sendo preparado pela burguesia. Contra isso, respondamos empunhando nossas reivindicações e nos colocando em movimento:

Pontos para um programa para a constituição da Frente Única Antiimperialista

1. Combater a opressão nacional

Nossas bandeiras antiimperialistas são: defesa da soberania nacional; nenhuma abertura pró-imperialista que destrua a economia interna dos países atrasados; contra as privatizações e em defesa do estatismo sob o controle operário; não pagamento da dívida externa; rompimento de todos os acordos secretos com o imperialismo; nacionalização do comércio exterior e expropriação do grande capital imperialista e nacional a ele associado.

2. Que o capitalismo não descarregue sua crise sobre os trabalhadores

Contra a miséria e a fome. O combate a miséria e a fome se dá concretamente na defesa de um salário mínimo real. Hoje significa que nenhum trabalhador pode receber menos de 1800 reais. Não basta aumentar os salários. É preciso conservá-los. A implantação da escala móvel do reajuste salarial é a forma de assegurar o valor real da força de trabalho.

Contra o desemprego. Escala móvel das horas de trabalho.

Nenhuma destruição das conquistas sociais; nada de flexibilização do trabalho; ampliação dos serviços públicos como saúde, educação e moradia; estatização sem indenização do sistema de saúde e da educação, sob o controle dos trabalhadores.

3. Abolição do segredo comercial e controle operário da produção

Frente às quebras econômicas, ao fechamento de fábricas e comércio e ao desemprego em massa, a solução começa pelo proletariado exigir a quebra de todo segredo comercial, abertura geral da contabilidade capitalista e impor o controle operário da produção.

4. Responder a política antinacional e antipopular do governo Frente ao governo pró-imperialista e



ao seu Plano econômico, a bandeira do proletariado é de derrubada integral da política antinacional e antipopular e do governo que a materializa.

5. Defesa dos camponeses

As bandeiras colocadas pela situação são: Fim da expulsão dos camponeses das terras; fim da miséria no campo; entrega de todas as terras aos camponeses pobres, seja produtiva ou improdutiva; nacionalização das terras, através da expropriação das grandes propriedades e abolição das dívidas hipotecárias dos pequenos e médios

agricultores. O objetivo estratégico do programa é o da coletivização da agricultura.

Frente aos massacres de camponeses, está colocada a constituição de Tribunais Populares, formados por representantes dos explorados e eleitos diretamente pela base. E frente à repressão armada da burguesia, organizar os comitês armados de auto-defesa.

6. Defesa do governo operário e camponês, estratégia do ditadura do proletariado

A estratégia programática do movi-

mento operário é o da revolução e ditadura proletárias. Essa tarefa histórica corresponde à destruição do Estado burguês e à constituição de um Estado operário. A luta por um governo operário e camponês sintetiza esse objetivo programático.

A luta conseqüente pela derrocada da burguesia depende da constituição da aliança operária e camponesa.

O Programa do PT frente à crise capitalista

As eleições estão para ocorrer a um mês e a crise mundial golpeia o Brasil. O candidato à reeleição e presidente da República se encontra momentaneamente imobilizado. Os indicadores eleitorais dão-lhe vitória no primeiro turno. Assim, é preciso evitar a aplicação de novas medidas de choque contra a economia nacional e contra a vida das massas. Logo, o imobilismo é aparente e circunstancial. Seus ministros já têm preparado um novo pacote que virá à luz assim que Fernando Henrique Cardoso for eleito. O próprio Lula já fez a denúncia objetivando subir alguns pontos no índice eleitoral. Somente em termos o governo está na espera.

A eliminação de impostos ao capital especulativo e a redução do tempo para a renegociação da dívida dos capitalistas brasileiros com os banqueiros estrangeiros foi uma importante concessão aos agiotes internacionais. Mas não passam de medidas limitadas para alimentar os ganhos estrondosos dos especuladores. Por si só, apenas cumprem a função de conter a saída de dólares, que ameaçava rebaixar drasticamente as reservas cambiais. A fuga de capitais chegou a atingir 1,5 bilhão de dólares num único dia, chegando aos 12 bilhões em agosto e mais quase 5 bilhões de dólares em setembro. As reservas cambiais sustentam artificialmente o sobrevalor do Real frente ao dólar. Seu esvaziamento conduz à ruína total do Plano de Estabilização, já debilitado.

O capital financeiro se aproveita da dependência do Brasil e do desespero do governo em sustentar a qualquer preço sua política pró-imperialista. A sangria da economia se dá à vista de todos. E os resultados sociais também, com o desemprego crescendo vertiginosamente e os salários caindo.

A perspectiva da crise não é de arrefecimento. Tudo indica que está apenas nos primeiros degraus de as-

cenção. As mercadorias se acumulam devido a superprodução, os preços caem, a taxa de lucro médio tende à redução, o capital fictício que assediava as Bolsas se desvalorizam, as quebras industriais e comerciais começam a se despontar nos países imperialistas e a retração do crescimento mundial pode vir a ser maior que a esperada. É claro que o capitalismo está imerso em uma crise de grandes proporções.

Já faz algum tempo que os capitalistas e seus governos vêm se preparando para enfrentá-la com as armas da superexploração da força de trabalho, dos cortes sociais e do aumento da concentração de capitais. Os países semicoloniais, impropriamente chamados de emergentes etc, têm sido obrigados a se ajustar à política estratégica do capital imperialista. O que significa ampliar o domínio das forças produtivas internas pelas multinacionais e submeter ainda mais o Estado às decisões das potências imperialistas.

O Plano de Estabilização de FHC e os conseqüentes passos dados até agora correspondem inteiramente a essa premissa. A crise de superprodução mundial, a explosão da crise nas Bolsas e a implosão das relações cambiais resultam em profundos retrocessos nos países semicoloniais. A política pró-imperialista dos governos revela-se catastrófica para as débeis economias e sobretudo para a vida das massas. Os trabalhadores brasileiros estão diante dessa situação.

E qual a resposta do PT e de sua frente popular? A sua primeira atitude é de evitar qualquer mobilização de massa. A CUT e os sindicatos sob sua influência estão amordaçados e perfilados na campanha eleitoral. A segunda é convencer os explorados de que é possível resolver a crise ou amortecê-la tomando algumas medidas de proteção ao capital nacional. Não poderia faltar a promessa de abrir milhões de novos empregos,

quando no mundo todo o capitalismo os destrói crescentemente. A terceira é atrair uma parcela da burguesia nacional descontente e temerosa com os rumos da crise e da política econômica de seu governo.

Essa linha se enreda em torno do imediato objetivo eleitoral. Mas o ultrapassa, uma vez que tem por conteúdo submeter os explorados às "soluções" capitalistas para a crise. O que quer dizer que o PT e sua burocracia sindical continuarão depois das eleições a impor aos organismos de massa a política de conciliação pró-capitalista. Essa conduta independe da derrota ou vitória de Lula/Brizola.

O que os reformistas da frente popular e burocratas sindicais apregoam são tímidas medidas protecionistas, que não atingem o núcleo de interesse do capital imperialista. Acenam com manejos monetários, cambiais e fiscais típicos da administração burguesa e dos conflitos intercapitalistas. O ideário dos economistas acadêmicos petistas é de combinar medidas de contenção dos déficits, limitação do crescimento vertiginoso da dívida interna e externa e de reativação econômica (incentivo à agricultura, à pequena indústria

Nacional



etc).

Como se vê, os reformistas propõem em respostas burguesas açucaradas para uma situação de crise convulsiva. Não há nem sombra de disposição para respostas antiimperialistas, mesmo limitadamente nacionalistas, como suspensão da dívida externa,

confisco de capitais especulativos etc. Alimenta-se a ilusão de que o Brasil é um "país emergente" capaz de exigir contrapartidas comerciais e financeiras das potências, bastando para isso ter um governo disposto a usar o potencial e o peso internacional do país.

As propostas do PT para a crise refletem a

própria debilidade da burguesia nacional. Esta substituiu seu nacional-estatismo do passado pela abertura alfandegária, sucateamento de setores industriais, privatizações e desnacionalização. Os reformistas não admitem assumir a causa nacional-estatista e nem abandoná-la totalmente. Comportam-se como camaleão de cores nacionalistas e pró-imperialistas. Não é por acaso que parecem neutralizados no choque interburguês. Sua função limita-se a bloquear o acesso da classe operária aos sindicatos e inviabilizar a unidade proletária contra os planos do governo pró-imperialista. A política de camaleão serve em última instância aos interesses da burguesia contra os explorados, mas não lhe serve para atuar com decisão frente à desintegração do capitalismo.

A burguesia nacional e a imperia-

lista sabe que cedo ou tarde o proletariado colocará em marcha suas bandeiras próprias antiimperialistas e anticapitalistas. O reformismo demagógico lhe é e será útil enquanto for capaz de ludibriar as massas com supostas alternativas de desenvolvimento econômico e de proteção contra o desemprego. Sua tarefa é impedir que o proletariado assuma em suas mãos a solução dos problemas econômicos e sociais.

É dever da vanguarda empenhada em construir o partido revolucionário denunciar o reformismo traidor e combatê-lo frontalmente. A defesa das reivindicações dos trabalhadores como parte do programa da revolução proletária e a organização das lutas pela base é o caminho para derrotar prática e ideologicamente o reformismo.

Nacional

Passeatas e manifestações no país no 7 de setembro

A CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil), o MST (movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) e partidos de oposição chamaram pelo país o chamado "Grito dos Excluídos". A Igreja utiliza o termo "excluídos" para ocultar e desvirtuar o conceito científico de classe social, e as conclusões que dele derivam, ou seja, a luta de classes e a inevitabilidade da revolução social. No seu lugar, a Igreja prega a chamada "inclusão" social, que seria a atenuação da exploração e opressão de classe por meio da distribuição de renda e preservação do sistema capitalista. Assim, é evidente que se estabelece uma grande unidade com os partidos e correntes reformistas, que pregam exatamente o mesmo. O nome de "Grito dos Excluídos" dado aos protestos serve para atenuar seu choque com os exploradores e com o capitalismo. E para estabelecer um terreno fértil às colocações eleitoreiras,

no momento tão fortalecidas. O próprio manifesto distribuído no ato de São Paulo (Carta ao Povo Brasileiro) aponta para a questão eleitoral: "Tire o emprego de Fernando Henrique antes que ele tire o seu!" Assim, a luta contra FHC se centra na defesa de sua derrota eleitoral, como se somente isso pudesse barrar a onda de desemprego, causada pela crise capitalista, pela política do governo e pela colaboração da maioria das direções sindicais, que se negam a organizar a luta unificada pela derrubada do plano antinacional e antipopular, antes preferem juntar-se e levar as organizações de massa para a caça ao voto, que preservará (e mesmo elevará) a opressão social.

O POR atuou nessas manifestações em defesa da necessidade de responder à ofensiva capitalista com a luta nacional de massa, em oposição ao eleitoralismo distracionista, defendido por grande parte dos organizadores, com o manifesto publicado à p. 3 deste jornal.

Em São Paulo, o ato foi dividido pelas direções. O PT se recusou a organizar a manifestação na capital, mantendo apoio apenas ao ato de Aparecida do Norte, de conteúdo fortemente religioso e conciliador. O

MST, que tem retomado as ocupações de terra, organizou uma marcha na capital, que teve um conteúdo de protesto contra o governo e a política econômica.

Em Salvador, a repressão policial impediu a participação dos milhares de sem-terra no desfile de 7 de setembro. Somente após as autoridades governamentais deixarem o local foi liberada a sua entrada. Ainda assim, o ato teve a vigilância de mil e duzentos policiais. O mesmo ocorreu com 2 mil sem-terra em Maceió. Em Belém, 6 mil sem-terra exigiam a desapropriação de 280 fazendas no estado. Em outras capitais as manifestações reuniam de mil a 2 mil pessoas.

É preciso organizar imediatamente um movimento nacional de massa para resistir à ofensiva capitalista que se aprofunda!



Manifestação no Rio sob vigilância da PM.



Porque ainda não temos o Partido revolucionário e porque devemos trabalhar muito para construí-lo

(Continuidade do Massas 157)

No artigo anterior, referimo-nos ao obstáculo do reformismo para construir o partido proletário. Trata-se de um problema da atualidade, com a presença ativa do PT. Mais à frente, em outra parte dessa seqüência, voltaremos a ele.

As raízes da dificuldade vêm de longe, ou seja, desde a formação da classe operária. A história do movimento operário está marcada pela presença inicial do anarquismo, do estalinismo e do trabalhismo nacionalista. Nenhuma dessas correntes avançou a construção do partido revolucionário.

O anarquismo foi preponderante até o início dos anos vinte. Teve uma marcante atuação nas primeiras lutas e na construção dos sindicatos. Os anarquistas limitaram-se a praticar um sindicalismo combativo. O que foi importante para a organização embrionária do proletariado brasileiro. O desenvolvimento do método da ação direta, com as greves, manifestações de rua etc contou com a presença dessa corrente já cristalizada internacionalmente como antimarxista.

A presença hegemônica do anarquismo acabou por obstruir a construção do partido revolucionário até os anos 19 e 20. Por concepção, os anarquistas se opunham a esse tarefa histórica. Combateram abertamente a idéia de pôr em pé um partido da classe operária.

Por outro lado, o núcleo defensor do partido socialista se constituía de socialistas reformistas, próximos das posições sociais-democratas. Tratava-se de um agrupamento pequeno-burguês intelectualizado, que via

como necessário ter um partido para participar nas instituições do Estado. O seu mérito estava em defender a necessidade do proletariado armar-se de um partido. Mas os socialistas não puderam progredir suas posições por não trabalharem no seio das massas como faziam empenhadamente os anarquistas.

O resultado é que o proletariado protagonizou importantes movimentos, como a greve de 1917, sem que pudesse colocar para sua vanguarda a elaboração de um programa estratégico de destruição do capitalismo. O anarco-sindicalismo e o socialismo pequeno-burguês atrasaram a formação do partido.

A vitória do proletariado russo em 1917 irá influenciar decisivamente sobre a vanguarda proletária no mundo todo. No Brasil, mostrou os limites do anarquismo e a impotência dos intelectuais socialistas. As experiências sindicalistas já haviam avançado o suficiente para manifestar sua insuficiência e para comprovar os erros da concepção anarquista. A revolução proletária na Rússia de 17, sob a direção do bolchevismo, poria fim definitivo à tese antipartido dos anarquistas.

Nos inícios dos anos 20, coloca-se a tarefa de construir o partido comunista. O núcleo original do Partido Comunista do Brasil conta com importantes líderes anarquistas. A demonstração da possibilidade da revolução proletária cindiu o anarquismo e o colocou num beco sem saída. O deslocamento de parte de seus militantes históricos, ainda que de maneira confusa, pois identificavam inicialmente o bolchevismo com

o anarquismo libertário, foi um passo progressivo rumo ao partido.

A não compreensão dos princípios marxistas e não assimilação programática do bolchevismo, mesclando-os com pressupostos anarquistas, seriam uma camisa de força para o núcleo que daria origem ao partido comunista em 1922. Os anarco-comunistas, se é que podemos denominá-los assim, não puderam fazer uma profunda autocrítica de suas concepções. Tanto é que o esclarecimento paulatino das diferenças intransponíveis entre libertários e comunistas, entre anarquismo e bolchevismo, irá dividir os anarquistas entre defensores do novo Estado Operário e adversários ferrenhos.

Esse processo indica o principal defeito original do partido comunista: não se iniciou sobre a base de um programa marxista. Com a vitória de Stalin contra a Oposição de Esquerda, dirigida por Trotsky, logo o PCB fará um percurso oposto ao da formulação do programa da revolução e ditadura proletárias.

Nacional



Nas eleições de 4 de outubro, VOTE NULO

Pelo Programa da Revolução Proletária!

Pelo Partido Operário Revolucionário!

Pela Frente Única Antiimperialista!

Em defesa da luta nacional de massa para combater o plano antinacional e antipopular de FHC!

Contra a charlatanice eleitoreira!

A ferramenta da militância é o programa

O partido é o programa. Essa definição de partido é marxista. Se se pretende conhecer a militância de uma corrente, é preciso recorrer ao programa. Este constitui-se de uma estratégia e da tática correspondente.

A estratégia diz respeito ao poder e a tática aos meios para alcançá-lo. Logo vemos que estratégia e tática se condicionam mutuamente. Mas é a estratégia que determina a tática. Se esta não corresponder ao objetivo estratégico, desvirtuará o programa. Também se o partido faz uma revisão na estratégia de poder modificará sua atuação prática, ou seja, sua tática.

Um verdadeiro programa se fundamenta na teoria, análise, princípios e tarefas; expressa uma concepção e um método. Só assim o programa é um guia para a ação revolucionária. Evidentemente, sofre constante aperfeiçoamento de acordo com a evolução coletiva do partido, que como parte da realidade social assimila novas experiências, compreende melhor as conquistas programáticas internacionais do proletariado e elabora teoricamente as novas experiências. Assim, o

programa mostra ser um prognóstico das tendências das relações econômico/sociais e da luta de classes. Como tal, vai sofrendo correções, que o tornam mais preciso e mais próximo das tendências sociais. O que significa maior penetração no seio da classe operária e fortalecimento da estratégia revolucionária.

Uma corrente embrionária elabora seus rudimentos programáticos a partir da pouca assimilação do rico acúmulo teórico do marxismo e da pequena ligação com a luta de classes. Entretanto, sua estratégia deve ser clara e sua tática corresponder a ela. Isso é possível devido às conquistas internacionais do marxismo.

A evolução dos rudimentos dependerá da atuação militante do partido embrionário e da aproximação cada vez maior ao proletariado. O programa é gerado e temperado no fogo da luta de classes.

As correntes de esquerda centristas se caracterizam por não se armarem do programa. Entendem que este seja uma lista de reivindicações, via de regra desconexas. Acabam por se organizarem sobre a base de posições conjunturais. O que significa que não expressam a aplicação do programa, ou seja, a busca do objetivo estratégico da revolução e ditadura proletárias. Não chegam a negar abertamente este princípio marxista, o que fazem é negá-lo pela omissão, pela fórmula eleitoral de governo dos trabalhadores e por se adaptar ao reformismo. Mais à frente o combaterão sem rodeios.

Há um aspecto de sua negação evidente: não se organizam partidariamente sob a concepção leninista do partido. Renegam a estruturação celular, substituindo-a por núcleos frouxos, desfiguram o centralismo democrático, fazendo desse princípio

de funcionamento uma caricatura burocrática ou centralista ou democrática, e não se organizam conspirativamente, ou seja, desconhecem a importância da combinação do trabalho clandestino e aberto. Chegam a um ponto de liberalidade que citam nos documentos internos os nomes verdadeiros de seus militantes, sem se darem conta de que estão delatando, facilitando o caminho para a repressão. Vê-se que as relações que unem a militância não são de profissionalismo revolucionário.

Para o marxismo, os aspectos organizativos do partido são parte do programa. Os militantes interagem estritamente através do programa e das tarefas do dia a dia. O ponto crucial da coesão é o centralismo democrático, através do qual se assegura a elaboração e decisões coletivas; se possibilita desenvolver as divergências e a homogeneização; e se exige o funcionamento pleno dos organismos sob o primado da disciplina coletiva. Também é através do funcionamento centralista democrático que se seleciona a militância, afastando aqueles que passam a expressar posições contrárias ao programa e à disciplina revolucionária.

O partido se constrói selecionando e formando constantemente quadros, imbuídos de profissionalismo opostos a relações estranhas ao programa, como o burocratismo, o diletantismo, o personalismo, o individualismo e o familismo. Quanto mais o partido avança o programa e a militância se tornam peça essencial na luta de classes mais se excluem as influências burguesas e pequeno burguesas, que constantemente se manifestam de uma forma ou de outra no partido.

Nacional



Bolívia: em Sucre, uma quinzena de greve de fome dura Ditadura reitoral-docente busca acabar com o governo paritário

Por que a greve de fome dos universitários de Sucre?

Os estudantes da Faculdade de Direito foram expulsos (três dirigentes) por criticar a política reacionária e antieducativa das autoridades, por combater sua ditadura despótica e reacionária, defender a todo momento a profunda transformação da educação superior.

A ditadura reitoral-docente respondeu expulsando três dirigentes do Centro de Estudantes de Direito. É certo que se trata de elementos revolucionários conscientes que sabem perfeitamente que a universidade concluirá transformando-se profundamente somente se consegue fundir-se com a política do proletariado, com sua finalidade estratégica.

Movimento do universitário em geral

Os estudantes de Sucre estão timoneando a rebelião universitária contra a ditadura fascista, contra o desconhecimento na prática da autonomia e do cogoverno paritário docente-estudantil. Para que isso se pusesse em evidência foi necessário a já mencionada expulsão abusiva, bestial, da parte da reitoria contra três uristas (membros da URUS, fração estudantil do POR).

Como não podia deixar de ser, esse excesso foi respondido de maneira exemplar com a greve de fome dura de **Gloria Ruiz, Minerva Tárraga e Marisol Ovando**

A poucos dias de iniciada esta drástica medida,

Unificar as lutas dos servidores públicos contra o plano antinacional e anti popular de FHC e pela construção da Frente Única Antiimperialista e Anticapitalista

O capitalismo passa por uma profunda crise que a própria burguesia não consegue esconder. Crise esta, decorrente da superprodução de mercadorias, que vem se materializando na agudização do sofrimento das massas no mundo inteiro sobretudo nos países semicoloniais como o Brasil.

As quedas das bolsas de valores, como mais uma das conseqüências desta crise, têm repercutido de forma devastadora nas já debilitadas semicolônias saqueadas pelos países imperialistas. Em decorrência, o presidente FHC (PSDB), candidato à reeleição, em obediência aos ditames de interesses imperialistas, apressa a reforma administrativa, lançando 51 medidas que deixam a maioria dos trabalhadores na mais extrema penúria, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço, arrojando cada vez mais os salários que não dão para o trabalhador sustentar a sua família, deixando à mercê da iniciativa privada os serviços públicos, como a educação e saúde etc.

No Estado de Rondônia o governo Raupp (PSDB), a exemplo de FHC, dentro das disputas interburguesas se candidata à reeleição, ao mesmo tempo que descumpra as obrigações mais elementares para com os servidores públicos (vale-transporte com três meses de atraso e salários que desde o início do seu governo, além de defasados, são pagos com atraso), após variadas manifestações de protesto, paralizações, greves e ocupações.

Seguindo a mesma política, ditada pelo projeto imperialista mundial para as semicolônias, o prefeito Chiquilito vem submetendo os servidores à mais

extrema miséria com mais de seis anos sem aumento de salarial; atrasando salários dos servidores contratados; cobrando altos índices de aprovação dos alunos, com professores sobrecarregados de trabalhos com salas de aula superlotadas; descontando 10% dos já minguados salários, para a previdência municipal (IPAN), ao mesmo tempo que o atendimento piora de qualidade obtendo-se apenas um atendimento por família a cada quinze dias, faltando inclusive assistência odontológica etc.

As práticas dos professores diante deste contexto que provoca a distância cada vez mais acentuada entre a escola e a produção social, não passam de uma atividade improvisada.

A Corrente Proletária da Educação convida os professores e demais servidores municipais da educação, para nos organizarmos e exigir que o SINTERO convoque uma Greve Geral Unificada dos servidores federais, estaduais e municipais da educação, como parte da organização de uma greve geral de todos os trabalhadores contra o plano antinacional e antipopular de FHC e posto em prática pelos governos e prefeitos dos vários Municípios e Estados da Federação.

A Corrente Proletária da Educação convoca também o sindicato para fortalecer a luta no sentido de vincular as reivindicações vitais mais imediatas (salários, aposentadoria por tempo de serviço, emprego para todos etc.) à luta pela transformação radical da sociedade, possível através da aliança operário-camponesa, que construirá a sociedade socialista. Neste sentido, conclamamos o SINTERO para reinteirar a luta em tomo da organização

da FRENTE ÚNICA ANTI-IMPERIALISTA E ANTICAPITALISTA, capaz de barrar o plano antinacional e antipopular de FHC, ao invés de fortalecer uma frente eleitoreira que só alimenta ilusões nas massas, e retarda o processo de construção da Revolução Proletária.

Lutemos também:

Pela convocação dos professores e demais servidores concursados;

Pelo emprego para todos;

Pelo piso salarial de R\$ 1800,00;

Pela imediata atualização do pagamento dos salários atrasados;

Pelo imediato reajuste de salário;

Pela escola pública, laica e científica, enraizada na produção social;

Abaixo FHC, Raupp e Chiquilito e suas políticas de fome e desemprego;

Pela defesa dos métodos de ação direta das massas (ocupações, greves, manifestações de rua etc.);

Pela divisão das horas de trabalho para todos os trabalhadores para por fim ao desemprego;

Pelo governo operário-camponês (Ditadura do Proletariado).

Nacional



Os universitários em geral e todo o povo devem defender aos que lutam por aprofundar a autonomia a serviço do povo e da revolução

começou o vigoroso movimento de apoio à greve de fome dura em todo o país. Seria quase impossível citar os numerosíssimos pronunciamentos aos grevistas, da parte das Federações Universitárias, dos Centros de Estudantes, por isso somente nos referimos a alguns:

La Paz: na universidade pacenha se pronunciaram quase todos os centros e também URUS, que resolveu que seus porta-vozes se autocrucifiquem.

Conselho Nacional de Dirigentes

A plenária da CUB e FULES realizada em 13 de agosto determinou convocar o conselho nacional de dirigentes a ser levado a cabo na cidade de Potosi nos dias 27 e 28 de agosto. Por outro lado, se emitiu um documento de apoio aos universitários expulsos da Universidade de Sucre e de censura ao reitor J. Robles Beni. O Secretário Executivo da UTB enviou um

radiograma às FULES do sistema universitário, censurando a expulsão dos universitários da Universidade São Francisco Xavier, por considerá-la ditatorial e reacionária.

Potosi. Da mesma forma, a FUL potosina fez circular por todo o país uma mensagem telegráfica de solidariedade com as universitárias expulsas e agora protagonistas de uma heróica greve de fome dura.

Sublinham que essa medida abusiva é atentatória ao cogoverno paritário docente-estudantil.

Professores Pacenhos. A Federação do setor emitiu um voto de solidariedade com os universitários de Sucre.

Oruro. Os vibrantes protestos da FUL exigem imediata suspensão da medida.

(Extraído do Masas boliviano nº 1631)

Nada de apoiar a ingerência do Estado sobre a universidade!

Em defesa da autonomia universitária!

Movimento Operário



As propostas de PNE apresentadas até agora (a da chamada "sociedade civil" e a do governo) estão de acordo com as determinações da Constituição de 1988, com a Lei 9131, de 24/11/95, e com a LDB. Segundo estes, cabe a elaboração de um Plano Nacional de Educação, que determinará as diretrizes gerais a serem aplicadas à educação em todos os níveis.

O 5º Congresso dos Estudantes da USP deliberou sobre um seminário para que a chamada "proposta da sociedade civil" de PNE fosse discutida. O mesmo Congresso, porém, se posicionou pela rejeição da farsa da autonomia da gestão financeira e em defesa da real autonomia universitária, que significa nenhuma ingerência do Estado sobre a Universidade, e soberania da comunidade universitária sobre todas as questões.

A aprovação de um PNE pelo Congresso Nacional, seja ele qual for, implicará numa intervenção do Estado sobre a educação, em particular sobre a universidade, determinando os caminhos pelos quais deverá seguir o ensino superior. Por isso, já deste ponto de partida, não cabe a este seminário se colocar pelo apoio à proposta de PNE do II CONED, porque significará contrariar o princípio da autonomia universitária.

Fora com a representante do

governo do seminário dos estudantes

É um grande erro convidar para uma reunião estudantil membros do governo, porque fere o princípio da independência política e organizativa do movimento; porque trata-se de um governo que aplica uma reforma educativa destruidora e privatista do ensino, condenada explicitamente em nosso 5º Congresso; porque concede um palanque para a defesa das posições reacionárias diante dos estudantes. O seminário deve rechaçar e não aceitar a defesa da política destruidora do ensino público em todos os níveis.

Em defesa da democracia estudantil, não deve haver nova votação de posição dos estudantes sobre o PNE

O seminário sobre o PNE tem sido divulgado nas unidades sem nenhum debate preparatório, sem um regimento que esclareça aos estudantes sobre seu caráter deliberativo ou indicativo, sem uma definição clara quanto a quem vota na plenária deliberativa do seminário. Se apenas os que estiverem presentes, jamais se poderá afirmar que se trata de uma decisão dos estudantes da USP.

Diante desse quadro, defendemos que o seminário não tenha caráter deliberativo. Um seminário sem representatividade não pode deliberar contrariamente a um Congresso realizado.

Cabe ao movimento estudantil aprofundar o debate sobre as propostas de PNE, não para apoiar qualquer uma delas, mas para combater as idéias neles contidas, que ferem a autonomia universitária, preservam o ensino privado, apóiam as "avaliações" etc.

A autonomia universitária só pode se expressar pela mobilização

Autonomia universitária só é real se a comunidade universitária no seu conjunto decide sobre todas as questões da universidade, cabendo ao Estado unicamente suportá-la financeiramente. Isso depende da existência da democracia universitária, em oposição ao arbítrio da burocracia universitária, que é manejada

pelos governos por meio de fisiologismo e corrupção. Quer dizer que o poder na universidade deve passar às mãos da assembléia universitária, que reúne alunos, professores e funcionários, todos os cargos devem ser eleitos direta e universalmente, com revogabilidade de mandato e subordinados à assembléia universitária, a direção da universidade deve passar a um governo tripartite sob controle da mesma assembléia, portanto com maioria estudantil.

Qualquer concessão que restrinja a autonomia permitirá a manipulação do Estado sobre a universidade. Por isso as chamadas "formas de avaliação", interna e externa, devem ser rechaçadas. Se a assembléia universitária é construída, será ela que, por meio da crítica e autocrítica, poderá responder os problemas que acontecem. Certamente, se chocará contra a política dos governos, interessados em manter a educação sob controle e a serviço de interesses da minoria da sociedade que explora e oprime a maioria.

As reivindicações de estudantes, professores e funcionários, que se unem, não se chocam entre si, os colocam em confronto com os governos de turno. A real autonomia universitária se expressará na luta contra esses governos, e em aliança com os outros setores oprimidos da sociedade, em especial o movimento operário.

Os estudantes são maioria e o setor que, para ter atendidas as suas reivindicações, precisam lutar para que se atendam as reivindicações dos demais setores. Por isso, independentemente da ideologia individual de cada um deles, quando em movimento são o setor mais ativo e progressivo da universidade. A luta pelo poder estudantil está ligada à luta para colocar a universidade ao lado dos explorados contra os exploradores, o que significa no caminho da revolução proletária, que destruirá o capitalismo e estabelecerá condições para resolver os problemas da educação, a partir do fim da separação entre teoria e prática, da universalização do conhecimento científico e da cultura, da democratização da educação (acesso a todos), questões que o capitalismo é incapaz de resolver.

Natal (RN): abaixo as reformas de FHC e da prefeita Vilma de Faria (PSB/PFL)

A ofensiva imperialista sobre os trabalhadores do país tem se aprofundado. O Governo FHC entregou a Telebrás por um valor muito abaixo do preço real: 22 bilhões de dólares. Desse dinheiro, boa parte, 15 bilhões de dólares, servirá para reduzir a dívida pública que já chega a 348 bilhões de dólares, e recentemente colocou mais um pacote que beneficia os empresários pois reduz gastos com encargos sociais, institui o trabalho de meio período a exemplo dos EUA e Alemanha e demissão temporária de empregados, é preciso uma luta antiimperialista e anticapitalista para derrotarmos FHC e seus planos antipopulares e antinacionais.

A Prefeita Vilma de Faria, PSB-PFL, e aliada da "Frente Popular" de Lula, desfechou um tremendo golpe na categoria, pois o PCCS aprovado pela Câmara dos Vereadores, retira conquistas importantes como acesso (promoção automática), redução progressiva da carga horária, e manteve o congelamento salarial, além dos salários terem perdido boa parte do poder de compra e, segundo dados do IDEC, a inflação acumulada desde a implantação do real em 1º de julho de 1994, é de 87,58% e o custo da cesta básica no mesmo período alcançou um valor de R\$ 91,47, que representa 70,36% do salário mínimo. Como vimos, não dá para continuarmos com os salários congelados. Precisamos lutar para reverter essa situação, exigir imediatamente um reajuste salarial. Para aprofundar ainda mais as reformas destruidoras da educação, a prefeita retirou todos os vales-transportes dos professores, inclusive tendo descontado-os nos contracheques do mês de julho. Chamamos a atenção da categoria: a situação dos professores e ser-

vidores municipais é gravíssima, ou seja, aumentou a situação de crise econômica nossa (miséria).

A DIREÇÃO DO SINTE COLABOROU COM AS REFORMAS DA PREFEITA PREPARAR A GREVE DA CATEGORIA PARA DERRUBAR O PCCS DA PREFEITA VILMA

A Corrente Proletária, desde o início do ano, vem colocando a necessidade de organizar a luta contra as reformas da prefeita, e também denunciando as posições da direção do SINTE com relação aos governos Garibaldi e Vilma. A mesma acreditava que seria possível o salário médio da categoria atingir R\$ 800,00 e o professor P-4 chegar ao salário de R\$ 1.200,00 sem luta. Somente com a participação deles nos conselhos, comissões e fazendo reuniões que não resultavam em nada com o secretário Waldson Pinheiro. Por isso, chamaram a primeira assembléia em 11 de março e a segunda em maio. Nesse tempo todo a prefeita se articulou e elaborou um novo estatuto, à revelia da categoria, com conteúdo e propostas semelhantes às da direção do SINTE. Ex.: retirada do acesso automático; a diferença era somente que, na proposta da direção, eles achavam que seria mantida para os professores que já tinham conquistado, os que foram publicados e quem tivesse em conclusão de curso de graduação. Na assembléia da ETFRN, chamamos a atenção para esse equívoco da proposta da direção. A proposta da carga horária (30 horas) permanece igual e não defendem reajuste salarial, apenas um salário inicial de R\$ 548,00 correspondente ao salário médio já pago pela prefeita.

Essa proposta da direção do SINTE, fortaleceu a posição da prefeita de man-

ter o congelamento salarial. Há 4 anos estamos com os mesmos salários o que é um retrocesso político econômico enorme p/ a categoria e que nos levará à miséria. Resultado: a direção do SINTE, não organizou a luta da categoria, acreditou na boa vontade política da prefeita Vilma, com isso traiu totalmente os professores. A prefeita está na ofensiva contra os servidores municipais com a colaboração das direções sindicais, por isso é urgente a preparação da GREVE GERAL para derrubar o plano de reformas (estatuto) da prefeita.

ABAIXO A PERSEGUIÇÃO POLÍTICA A MILITANTE DO PSTU

Foi aberto inquérito policial contra Fernando Antonio, militante do PSTU, por Manoel Araújo ex-diretor do SINTE e assessor do mandato da Dep. Estadual Fátima Bezerra, (PT). O inquérito policial representa os métodos da burguesia refletidos no interior do movimento sindical. A Corrente Proletária rechaça e repudia esses métodos e se coloca pela democracia operária!

PELA RETIRADA IMEDIATA DO PROCESSO!

Educação



Letras-USP: por um movimento em defesa das matrículas

As últimas assembléias de alunos de Letras decidiram por uma campanha em defesa das vagas para todos e contratação de professores. Essa campanha deveria incluir:

Levantamento do número de alunos não-matriculados nas salas de aula, para nos munir de informação suficiente a fim de levantar a reivindicação precisa do número de vagas e professores necessários ao prosseguimento dos cursos - esses dados devem ser levados à imprensa;

Elaboração de um recurso coletivo voltado à comissão de graduação, para

evitar a seleção e a morosidade do processo burocrático;

Confecção de um cartaz denunciando o problema, a ser espalhado na universidade e fora dela;

Organização de um processo judicial coletivo, que sirva de instrumento para denunciar a exclusão de alunos e de projeção do problema junto à sociedade;

Confecção de boletins que informem aos alunos o andamento da campanha e a situação das matrículas e recursos, e que ajudem a impulsionar a mobilização geral em defesa das reivindicações;

Convocação de manifestações e novas assembléias para encaminhar a luta.

Temos notado que não há empenho suficiente da diretoria do Caell em cumprir com essas deliberações. Não se confeccionam boletins informando a situação das matrículas, não se convoca os alunos para nenhuma ação coletiva,

não se multiplicam os cartazes para a campanha etc.

Os dados que foram recolhidos mostram que todas as avaliações sobre os problemas com as matrículas eram subestimadas. A coisa é bem mais grave do que se pensava. Há muitos alunos com problemas para se matricular em várias disciplinas, há disciplinas com grande

número de não-matriculados, em alguns casos esse número é superior ao de matriculados. Há casos em que os não-matriculados somam mais do dobro do número de matriculados.

O mais grave é que permanece totalmente indefinida a situação dos alunos sem matrícula nessas disciplinas. A entrega dos recursos, individualmente ou de forma coletiva, não garante o atendimento das

matrículas necessárias. Os inúmeros pedidos de vagas recolhidos para se montar o recurso coletivo não poderão ser atendidos com mera conversa mole junto à burocracia universitária. Se não houver luta, grande parte dos alunos cursarão disciplinas em situação irregular e, no final, ficarão sem os respectivos créditos. Nessa hora, nas férias, com quem poderão contar para defender seus direitos? O que poderão fazer individualmente? E o Caell (CA de Letras), o que poderá fazer sem a ação coletiva dos alunos?

Todas as medidas propostas na assembléia, entre elas o recurso coletivo, devem servir como instrumentos de mobilização. Junto a ele, deve ser muito bem convocada uma assembléia geral de alunos, e realizadas manifestações e paralisações de aula. Boletins devem ser feitos em seqüência, para informar, melhorar a compreensão do problema e ajudar a transformar o descontentamento em ação coletiva.

É preciso deixar claro que a reivin-

dicação de matrículas, vagas e professores suficientes só tem chance de ser alcançada com movimento. Do contrário, estará estabelecida a seleção entre os que podem e os que não podem se matricular de acordo com suas necessidades para se formar no tempo certo. A burocracia universitária, seguindo a linha da "reforma educacional" do governo Covas, terá conseguido enxugar despesas com professores, para desviá-las da educação para os bolsos dos parasitas do mercado financeiro.

É preciso organizar as dezenas de alunos que mostraram que não estão dispostos a aceitar a exclusão de suas matrículas, formar uma comissão de mobilização, exigir do CA uma assembléia geral e construir um movimento em defesa das matrículas, vagas para todos e contratação de professores. Se efetivado, esse movimento terá de se projetar para o confronto com a política destruidora do ensino de Covas/FHC e necessitará a unificação com os alunos de outras unidades e com professores e funcionários.



Fundef: institui a destruição da escola pública

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) foi criado após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996. Tem como objetivo pôr em prática o artigo da LDB que estabelece a prioridade do ensino fundamental para os municípios. Trata-se, na verdade, da municipalização do ensino de 1ª à 8ª série, que é a quase totalidade das matrículas nas escolas públicas. A fórmula encontrada para obter os recursos foi o sistema de um fundo. Ou seja, retira-se dos Estados e municípios 15% dos 25% que seriam destinados à educação e se os retém nesse fundo. A sua distribuição será proporcional ao número de matrículas de alunos no ensino fundamental. Os municípios que não têm o ensino fundamental perdem esses 15%. Juntamente com esse critério, o governo federal criou o custo-aluno. Cálculo esse obtido pela divisão do total dos recursos pelo total de alunos do ensino

fundamental de todo o país. Quando foi criado, esse custo-aluno foi fixado em 300 reais e, logo em seguida, reajustado para 315 reais anuais.

O repasse do dinheiro do Fundef segue o mínimo estabelecido por lei federal. Para o governo, esse valor deverá ser acrescido anualmente. Isso porque está na relação direta com a "redução da repetência, evasão e melhoria na qualidade de ensino". Por isso, também visa à "melhoria dos salários" dos professores. Essa foi a grande propaganda do governo para impor a reformulação do ensino fundamental. Tentando ludibriar com a idéia de que os 315 reais seriam suficientes para dar o primeiro salto na resolução dos problemas da educação.

Após dois anos, o governo se encontra num impasse. Se utilizar o critério estabelecido, o repasse aos estados será de 2 bilhões. Isso porque 17 estados não teriam como manter o custo-aluno de 430 reais. Pelos cálculos governamentais, a arrecadação do Fundef seria de 13,4 bilhões e o número de matrículas 31,2 milhões. O que possibilitaria esse custo-aluno de 430 reais. Com os 315 reais, o governo repassou 540 milhões para 7 estados (Maranhão, Piauí, Paraíba, Bahia,

Pernambuco, Ceará e Alagoas). Diante disso, não restou outra dúvida a não ser questionar seus próprios cálculos. Repassou para o MEC o valor do custo-aluno entre 330 e 340 reais.

Como se vê, o Fundef nada tem a ver com a propaganda governamental. Trata-se de um mecanismo de distribuição da miséria dos recursos à educação. O governo mantém os mesmos gastos

com o ensino (3,7% do PIB) e somente inventa um mecanismo de distribuir desses miseráveis recursos. Ainda, quando a arrecadação indica a possibilidade de mais repasse por aluno, o governo reduz os cálculos para não mandar mais dinheiro para os Estados mais pobres. Tanto os 340 quanto os 430 reais anuais por aluno pouco contribuíram para combater a evasão, repetência e muito menos melhorar a qualidade de ensino. Os trabalhadores da educação continuarão sendo massacrados pelas jornadas longas de trabalho e pelos os baixíssimos salários.

Os problemas da educação têm como raiz o sistema econômico de exploração do trabalho. Nesse momento de crise desse sistema, o sucateamento e a destruição da educação são mais visíveis. O desemprego, o arrocho salarial, a miséria da grande maioria da população atuam objetivamente contra a permanência dos alunos nas escolas. Daí a grande quantidade de menos de 10 anos no mercado de trabalho (trabalho infantil). O grande número de crianças que repete anos seguidos a mesma série ou ciclo é a prova contundente de que a educação nada tem ver com a realidade. É nessa escola anticientífica que o governo implanta o tal Fundef para descarregar sobre os municípios a responsabilidade pela manutenção do ensino fundamental. Os educadores devem rechaçar tais manobras governamentais e defender radicalmente o ensino público e gratuito, enraizado na produção social. Essa bandeira pressupõe o fim do sistema privado de ensino e a implantação do sistema único, sob o controle dos trabalhadores.

Sobre a situação política internacional

Resposta Proletária à Crise

(Continuação do texto de Atilio de Castro, iniciada no Massas 155)

5. O agravamento da crise no Brasil

A fuga de cerca de 16 bilhões de dólares em curto espaço de tempo e redução das reservas cambiais a pouco mais de 50 bilhões de dólares, bem como as quedas constantes na Bolsa de Valores, derrubaram por terra a segurança do governo de que o Brasil estava em boa posição. Com esse fato, voltou à ordem do dia a quebra da estabilidade da moeda.

De um lado, o governo promete resistir ao "ataque especulativo"; de outro, a oposição reformista (PT-Lula) reclama medidas protecionistas; e a oposição semioficialista (Ciro Gomes) propõe um pacto fiscal. Mas todos cantam a mesma música: defesa da estabilidade monetária. Muda-se a composição do remédio, porém se espera o mesmo resultado.

Ocorre que este feito já não é mais possível. A tal da "estabilidade" trazida pelo Plano Real se deu sobre a base de artifícios, que já não se sustentam frente às manifestações da crise estrutural do capitalismo. Um dos seus pilares foi e é a agiotagem financeira, acompanhada de abertura do mercado e de privatizações. Como complemento, coube ao governo pôr em marcha uma série de medidas antipopulares, ou seja, promover a destruição de conquistas sociais e congelar os salários. Assim, a explosão inflacionária debelou-se, a nova moeda passou a valer mais que o dólar, depois foi se desvalorizando pouco a pouco, mantendo-se até agora sobrevalorizada em cerca de 20% (segundo cálculos de economistas), e alguns produtos chegaram a sofrer deflação. E, logo no começo do Plano, houve uma onda de consumismo, impulsionada pela invasão de mercadorias estrangeiras.

Ao lado dessa mágica, a dívida interna e externa atingiu as alturas; o superávit comercial foi substituído pelo déficit; e o déficit em conta corrente disparou. O inchaço das reservas cambiais se deveu à entrada de capital especulativo.

Essa ordem de fatores tão contraditórios só poderia se manter até certo ponto. E qual seria? Até o ponto em que o governo e os capitalistas nacionais mostrassem capacidade de manter altas taxas de juros e de pagar prontamente a dívida. Portanto, a estabilidade do Plano Real significa possibilidade de sustentar o parasitismo crescente dos credores mundiais. Isso implicava e implica aumentar a capacidade do tesou-

ro nacional através de cortes orçamentários (demissão de funcionários, privatização total da previdência, quebra de serviços públicos, fim de subsídios etc), de aumento da arrecadação de impostos (reforma fiscal); de entrega das estatais para abater parte da dívida e de proteção dos capitalistas revendo a legislação trabalhista.

Parte desse tratamento de choque foi implantado, mesmo assim seus resultados se tornaram inócuos frente aos golpes da crise mundial. Os especuladores passaram a exigir mais lucratividade e segurança, fazendo avançar ainda mais o endividamento e com ele os desequilíbrios. As tendências recessivas logo se manifestaram, derrubando o índice de crescimento que já era baixo para alimentar o saque do credores. As exportações permaneceram estagnadas com o Real sobrevalorizado e com o afunilamento do mercado mundial. A massa salarial foi sendo reduzida com perdas no salário médio, fruto do congelamento (os funcionários públicos não têm reajuste há mais de 3 anos) e dos reajustes anuais abaixo da inflação. O desemprego disparou, resultante da destruição de milhões de postos de trabalho, que não mais serão repostos. Uma parcela da população está endividada e inadimplente. Uma parte da burguesia nacional, toda ela submissa ao amo imperialista, vendeu suas fábricas ou se associou ao capital estrangeiro, promovendo uma desnacionalização até então desconhecida (a não ser na colonização). Processo que ainda está em andamento.

E qual é a perspectiva da economia? Aumento da retração, bancarrota financeira da União, quebras industriais e comerciais, expansão do desemprego. As forças produtivas não pode se expandir comprimidas que estão pela desintegração mundial e contidas por medidas recessivas. A economia interna não deixa de expressar as convulsões mundiais, uma vez que é um peça no sistema mundial capitalista. Por mais que tenha particularidades, usadas como argumento pelo governo e ideólogos da burguesia para dizer que o Brasil é diferente dos países em bancarrota, estas não podem isolar o país do furacão internacional.

Está aí a base sobre a qual os especuladores agem com desenvoltura no país, extraindo o máximo de proveito e fugindo no momento em que os países saqueados se mostram falidos. Vemos que a tal da estabilidade monetária não

passou de um jogo contraditório de medidas em favor do capital imperialista. O governo burguês pró-imperialista, sob o comando da frente PSDB/PFL, limitou ainda mais a soberania do país, colocando o manejo da política econômica inteiramente a mercê dos financistas internacionais.

A dilapidação de riquezas nacionais produzidas pelo proletariado e pelos camponeses pobres, assim como de recursos naturais, e apropriadas pela minoria capitalista, reflete a essência da economia política da burguesia. Esta expressa a estratégia do imperialismo para a crise mundial. Consiste em aumentar a opressão nacional e social, limitar a soberania das semicolônias, proteger o capital financeiro parasitário e aumentar a concentração monopolista e a centralização das forças produtivas pelas potências.

A burguesia e seu governo poderão manejar determinadas medidas, inclusive voltar a algum tipo de protecionismo, como pretende o reformismo petista, mas não terão como romper com os fundamentos da economia política do imperialismo. O capitalismo da época imperialista se caracteriza pela desintegração e destruição de forças produtivas, enquanto cresce o excedente de capital financeiro parasitário, não aplicável na produção. Somente a política econômica do proletariado, que tem por fundamento transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, comunista, poderá responder progressivamente à crise.

Internacional



Contribuições fundamentais de Trotsky ao marxismo-leninismo: A revolução permanente e a economia combinada

O que é a revolução permanente?

Dizemos que o trotskismo não é outra coisa que o marxismo-leninismo de nossa época, que se caracteriza pela rebelião dos países atrasados contra as cadeias imperialistas (colonialismo) e a miséria externa.

ANTECEDENTES. No fundo não coloca nenhuma doutrina estranha ou contrária ao marxismo-leninismo. Parte das colocações dos clássicos (Marx e Engels), são aprofundadas e concretizadas nas particularidades dos países atrasados. Trata-se de um revolucionário marxista criador, que eleva a política ao nível da enunciação teórica original.

Seguiu Marx, Engels e Lenin, no empenho de revelar as leis do desenvolvimento e transformação da sociedade capitalista, que não deve ser considerada como um todo idêntico, estranho às contradições.

Não se pode esquecer que as leis gerais da economia capitalista, ao atuar através de uma particular forma econômico social geram as particularidades nacionais, que condicionam as modalidades que adquirirá a revolução social. A Bolívia mostra muitas particularidades, mas que são expressões da economia mundial porque está integrada a esta; da mesma maneira sua revolução terá particularidades, mas para se afirmar e se realizar tem de se integrar à revolução socialista mundial.

Tudo o que temos dito se confirma de maneira documentada e tem pouco de novidade.

Manifesto Comunista e Circular da Liga dos Comunistas de 1850

Leon Trotsky tomou o termo e o fundamental da concepção da "revolução permanente" de Marx e Engels, que aparecem em destaque no "Manifesto Comunista" (1848) e na "Circular da Liga Comunista" (1850). Oferecemos uma brevíssima síntese:

"Alemanha está às vésperas de uma revolução burguesa... com um proletariado muito mais potente que o da Inglaterra do século 17 e o da França do 18, razões para que a revolução burguesa não seja mais que o prelúdio imediato de uma revolução proletária". ("Manifesto Comunista")

"...é necessário armar e organizar o proletariado... Não devem ser aparta-

dos do caminho da independência proletária... Seu grito de guerra tem de ser: Revolução Permanente!" ("Circular").

A revolução permanente

Nos países atrasados, o fraco desenvolvimento do capitalismo ou a sua invasão desde o exterior (tal como o caso boliviano) determinam a coexistência do precapitalismo com o capitalismo contemporâneo, que se influenciam mutuamente e determinam a natureza da revolução. Da predominância internacional do capitalismo, o proletariado minoritário extrai o papel revolucionário de dirigente da maioria nacional. Toma em suas mãos o cumprimento das tarefas democráticas, não para nelas se deter indefinidamente, mas para transformá-las em socialistas. A revolução iniciada dentro das fronteiras nacionais se transformará em internacional e marchará para o comunismo.

EM NOSSA ÉPOCA, DOMINADA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL E SOCIAL, É IMPORTANTÍSSIMA A CONCRETIZAÇÃO DAS LEIS DO MATERIALISMO HISTÓRICO NAS PARTICULARIDADES DOS PAÍSES ATRASADOS QUE PROCURAM SE LIBERTAR DA OPRESSÃO IMPERIALISTA E DA MISÉRIA.

(Extraído do Masas boliviano 1630)

A IV Internacional deve reconstruir-se partindo do objetivo estratégico da revolução e ditadura proletárias

A importância do Comitê de Enlace

Temos organizado o Comitê de Enlace com a finalidade concreta de reconstruir a IV Internacional em torno da finalidade estratégica da revolução social e da ditadura do proletariado, isso de maneira inconfundível. Tal objetivo sintetiza o essencial do Programa de Transição redigido por Trotsky e explica porque deve existir uma poderosa IV Internacional. Trotsky ensinou que o programa é o Partido, pois definirá

a política que deve seguir o Partido Mundial da Revolução Socialista, portanto sua tática e até sua estrutura organizativa.

O Comitê de Enlace é de transcendental significação quando se trata de voltar a pôr em pé a Quarta Internacional, isto porque este trabalho tem de começar retomando o Programa de Transição e realizando o balanço autocrítico da experiência quartista mundial. Neste último aspecto, o fato na Bolívia é de singular importância, pois se trata nada menos que a elaboração da teoria, do programa da revolução no país altiplânico. Revendo a história da Quarta Internacional, comprovamos que esse processo se deu unicamente na Bolívia (será proveitoso ler do tomo 32 a 34 das Obras Completas, que se relacionam à rica história do POR).

Abandonar o Programa de Transição implica se somar à política pró-burguesa

Na atualidade, perambulam por todas as fronteiras uma infinidade de porta-vozes de pequenos grupos a procura de êxito e de propaganda acerca da proposta de pôr em pé de imediato uma Internacional, que possa parecer camuflada, sem se mencionar o nome de Trotsky, mas sim de Lenin e inclusive das tendências estalinistas. De maneira aberta ou camuflada, todos eles guardam silêncio sepulcral quanto ao Programa de Transição ou à ditadura do proletariado.

A respeito, é interessante a crônica contada por Basco, referindo-se ao fato do Partido Operário (PO) argentino lan-



çar publicamente, através de um ato público, a convocatória pela formação da Internacional. Como não poderia ser diferente, os seguidores de Altamira falam de governo de trabalhadores e muitas outras coisas mais, mas nenhuma palavra acerca da ditadura do proletariado. O silêncio, a respeito, é um bom recurso para aglutinar todos os que passam pela rua no momento em que

se realiza o ato. Oferece-se tudo, menos a revolução e ditadura proletárias, ausência da finalidade estratégica do proletariado.

Confirmando o que dissemos, PO se esmerou em reunir a toda espécie de aventureiros, figurões, reformistas e até um delator. Surpreendente: o conclave de aventureiros quer ter sua própria internacional!

Há que repisar que dar as costas para o Programa de Transição é dar as costas à ditadura do proletariado, enfim à revolução social.

Dito de outra maneira, abandona-se a política revolucionária para se somar à reformista, à colaboracionista, enfim à burguesa.

Resumo dos Volumes das Obras Completas de Guillermo Lora

Passaremos a publicar no Massas um breve resumo dos principais temas de cada volume das Obras Completas do dirigente do Partido Operário Revolucionário. Já foram publicados 33 volumes, o que constitui um tremendo esforço para reunir um vasto material político e programático do trotskismo na Bolívia. Trata-se de um trabalho genuinamente internacionalista. Todos problemas significativos tratados nas Obras dizem respeito ao proletariado internacional, por mais particulares que pareçam à luta revolucionária na Bolívia. Neste Massas, traremos o resumo de 5 tomos.

Volume I (1942-1947)

Este volume inicia com o processo de formação da célula porista em La Paz e da repercussão nacional que teve o desbaratamento pela polícia desta e a discussão sobre a necessidade da construção das estruturas clandestinas do Partido Revolucionário. Além disto mostra a trajetória do estalinismo (com o nome de Partido da Esquerda Revolucionária - PIR) e seu envolvimento com a burguesia boliviana. Alguns textos importantes de Lora sobre a Revolução proletária (Consideração Teóricas sobre a Revolução Proletária, A ditadura do proletariado Ataque e Defesa, Os Objetivos Democráticos Burgueses e a Revolução Proletária), sobre a questão universitária (Reforma Universitária, Introdução ao Programa da FUB, Manifesto da Liga Socialista Universitária), sobre o Congresso Mineiro de Pulacayo junto com as famosas Teses de Pulacayo, onde pela primeira vez se conseguiu unir o Programa de Transição à realidade nacional de um país e constituindo-se em um programa estratégico para a luta do proletariado inserido nas massas até os dias de hoje. Mostra também textos de como os revolucionários utilizam o parlamento através da experiência do Bloco Mineiro.

Volume II (1947-1948)

Este volume contém documentos da feroz crítica ao PIR e sua política contra-revolucionária de aliança com a rosca (classe dirigente reacionária ligada aos grandes donos das minas).

Traz documentos sobre a atuação do Bloco Mineiro Parlamentar, frente eleitoral formada entre o POR e a Federação Nacional dos Trabalhadores nas Minas (FSTMB), mostrando perfeitamente como se deve atuar revolucionariamente no parlamento, ou seja, utilizá-lo para desenvolver a luta de classes, defender as reivindicações das massas e impulsionar o movimento operário contra o Estado burguês, para destruí-lo.

Volume III (1949-1950)

Neste volume continua-se a publicar as duras lutas travadas no Bloco Mineiro (POR/FSTMB). Também traz uma série de documentos sobre o Massacre na Mina SIGLO XX em Catavi, em maio de 49, como resposta do governo à greve mineira. Mostra também a expulsão dos

parlamentares poristas que defenderam a luta dos mineiros.

Volume IV (1950-1953)

Neste volume é retratada a relação entre o Massacre de SIGLO XX e a revolução de 52/53, inclusive a luta do POR para atuar em todas as frentes no sentido de elevar o ascenso revolucionário. Mostra também a luta no partido para superar o nacionalismo do MNR. A questão do nacionalismo burguês e as posições do proletariado refletem uma rica experiência programática.

Para uma leitura atenta, vale a pena o artigo sobre o XV Aniversário da Morte de José Aguirre Gainsborg, fundador do POR boliviano e mostra um pouco sobre o nascimento do partido revolucionário altioplânico.

Volume V (1954-1956)

Neste volume, os documentos refletem a continuidade da luta do POR contra o nacionalismo do MNR. É feito um balanço do 1º Congresso da COB. No período abordado por esse tomo se dá a segunda grande cisão do POR, provocada pelo Pablismo (a primeira foi efetivada por Marof e seus seguidores que lutavam para que o partido fosse um amplo partido de esquerda eleitoral). Lembrando que neste momento Pablo orientava a incorporação dos Partidos da IV Internacional ao estalinismo. E no caso da não existência de partidos estalinistas fortes deveriam entrar nos movimentos nacionalistas. Nesta ocasião, os pablistas se dividiram. O setor dirigido por Ayala se incorporou ao MNR, enquanto o setor dirigido por Warqui se constituiu em fração, Fração Proletária Internacionalista, que lentamente irá se constituindo em um partido distinto.

Neste volume surgem os primeiros artigos extraídos do jornal "Masas" (novembro de 54), já que o jornal "Lucha Obrera" tinha caído na mão dos entristas.



Da necessidade de Construção da IV aos Processos de Moscou

A chegada de Hitler ao poder, coadjuvada pela traição ao proletariado alemão e mundial, adquiriu uma singular transcendência, isto porque modificou a orientação e perspectivas da Oposição de Esquerda. Da campanha pela reforma da Terceira Internacional se passou à construção da Quarta e de novos partidos revolucionários nos diferentes países. A caracterização de que o estalinismo passou a jogar um papel contra-revolucionário se converte na pedra angular do movimento trotskista e ficou incorporado no Programa de Transição.

Para a pequeníssima minoria dos bolcheviques-leninistas estava colocada, como para Lenin em 1914, ante a gigantesca tarefa de construir uma nova internacional que retomasse a bandeira marxista, que continuasse as tradições da Internacional Comunista dos tempos heróicos.

O Pleno Internacional da Oposição de Esquerda de 1933, decidiu, quase por unanimidade, a radical mudança de sua orientação, dirigindo-se até a organização de uma nova internacional, e desde então aparece como movimento pela Quarta internacional.

O Boletim da Oposição do mês de outubro de 1933, publica as teses de Trotsky sobre a construção da IV e dos novos partidos revolucionários.

Desde então a Oposição de Esquerda deixa de atuar enquanto oposição (oposição à direção burocratizada da IC e dos partidos comu-

nistas, com a finalidade de mudá-la) e se apresenta como uma organização totalmente independente. Em seu programa mostra que serão as verdadeiras organizações revolucionárias, independentes da burocracia e contando com o apoio das massas, as que defenderão a Rússia Soviética e as conquistas da Revolução de Outubro. A defesa incondicional da URSS se inscreve entre os princípios capitais da Quarta Internacional.

É importante lembrar que se vive um período de aglutinação de elementos afins e de difusão das idéias para setores da vanguarda operária e dos elementos comunistas que não foram corrompidos pela burocracia.

Neste período, ficou clarificado o conceito da revolução política na URSS - bandeira que diferencia o trotskismo das outras tendências - e que, ao final da década de trinta, será questionada pela oposição que aparece dentro do Socialist Workers Party (SWP) norte-americano.

A partir do Kremlin se desencadeia uma perseguição internacional sem piedade contra os trotskistas. A consigna de "bolchevização" dos PCs é a senha para a perseguição, surgindo sucessivas purgas nas organizações dependentes da Internacional Comunista. Um exemplo é que no ano de 1933, o Secretário Sulamericano da Internacional Comunista inicia a linha de depuração nos Partidos Comunistas com a publicação do documento "A Luta pelo leninismo na América Latina".

Em janeiro de 1934, tem lugar o XVII Congresso do PC Russo. Stalin proclama sua vitória sobre os grupos trotskistas. A intensa perseguição conseguiu romper vários quadros da Oposição e os que conseguiram reentrar no PC cantavam hinos ao déspota. É o ano da capitulação de Racovsky e Sosnovsky. No congresso, se escutam as autocríticas e, sob a

pressão da burocracia, a autocrítica significou o abandono de antigas idéias defendidas por Zinoviev, Kamenev, Lominadza, Radek, Preobrajensky. Em 1º de dezembro cai assassinado Kirov e no fim do mês são executados 17 acusados.

Neste ano se estabelece a Comuna da Astúrias na Espanha e Trotsky redata o programa de ação dos bolcheviques-leninistas da França, antecedente imediato do Programa de Transição.

Em 1945 Trotsky é expulso da França e se dirige à Noruega. Desta época são suas análises da Frente Popular.

Neste ano, foram declarados culpados no processo de Moscou Zinoviev, Kamenev, Smirnov, Mratchkovsky, Dreitser, etc., sendo executados em 1936. No ano seguinte, caem, no segundo processo, Piatakov, Radek, Serebriakov, Sokolnikov, Muralov, etc. Entre as vítimas do terceiro processo (1938) se contam Bukarin, Rykov, Rakovsky, Krestinsky, etc.

No próximo número comentaremos um pouco sobre o nascimento dos primeiros grupos trotskistas na América Latina.

(síntese de Sérgio Lobo a partir do texto no tomo 32 das Obras Completas de G. Lora)

Internacional

